SUMARIO

APRESENTAÇÃO 33

NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO 35

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO 37

NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO 39

LISTA DE SIGLAS 43

PARTE I
NOÇÕES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO AO DIREITO
PROCESSUAL DO TRABALHO 47
1. Conceito de direito processual 47
1.1. Especialização do direito processual 47
1.2. Direito material e processual do trabalho 48
2. Classificação dos processos trabalhistas 49
3. Autonomia 50
3.1. Autonomia legislativa 51
3.2. Autonomia judicial 52
3.3. Autonomia científica e didática 52
4. Princípios 52
4.1. Princípios constitucionais do processo 54
A. Princípio da igualdade de tratamento *versus* princípio protetivo ou tutelar 54
B. Princípio do devido processo legal 56
C. Princípio do contraditório 57
D. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional 57
4.2. Princípios do processo civil e do trabalho 59
A. Princípio da conciliação 59
B. Princípio da imediatidade 61
C. Princípio da oralidade 61
D. Princípio da publicidade 62
E. Princípio da concentração dos atos processuais 62
F. Princípio da identidade física do juiz 63
G. Princípio da celeridade 64
H. Princípio da ultrapetição 66

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

I. Princípio do impulso oficial ou inquisitivo e o princípio dispositivo.... 67
J. Princípio do duplo grau de jurisdição 69
L. Princípio da lealdade processual 69
M. Princípio da jurisdição normativa 70
N. Princípio da informalidade ou da instrumentalidade das formas 71
O. Princípio da eventualidade 72
P. Princípio da concisão 73
5. Natureza jurídica do direito processual do trabalho 73
6. Fontes 74
6.1. Constituição 74
6.2. Leis 75
6.3. Decretos e portarias 76
6.4. Atos normativos dos tribunais e dos juízes 77
6.5. Costume 78
6.6. Hierarquia das fontes 79
7. Aplicação das normas processuais trabalhistas 79
7.1. Interpretação 79
7.2. Integração 80
7.3. Vigência no tempo 82
7.4. Vigência no espaço 83
8. Quadro Sinóptico 84

Capítulo II
JURISDIÇÃO E AÇÃO TRABALHISTA 87
1. Formas de solução dos conflitos trabalhistas 87
1.1. Autotutela 87
1.2. Autocomposição 88
1.3. Arbitragem 89
1.4. Mediação 91
1.5. Comissões de conciliação prévia 92
1.6. Jurisdição 93
A. Conceito 93
B. Características e princípios 94
C. Jurisdição contenciosa e voluntária 96
2. Organização da Justiça do Trabalho 97
2.1. Tribunal Superior do Trabalho 98
A. ENAMAT 99
B. Conselho Superior da Justiça do Trabalho 100
2.2. Tribunais Regionais do Trabalho 101
2.3. Varas do Trabalho 103
2.4. Juiz do trabalho 104
A. Investidura na primeira instância 105
B. Concurso público 105
C. Juiz Titular de Vara do Trabalho 106

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

D. Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho 108
E. Ministros do TST 108
F. Garantias dos magistrados 109
– Vitaliciedade 109
– Inamovibilidade 110
– Irredutibilidade de subsídios 111
G. Prerrogativas 111
H. Deveres 112
I. Proibições 113
J. Impedimento e suspeição do juiz 113
2.5. Ministério Público do Trabalho 115
A. Organização 116
B. Atribuições 117
C. Prerrogativas 118
2.6. Juízes de Direito 120
2.7. Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho 120
A. Secretarias das Varas do Trabalho 121
B. Secretaria dos Tribunais 122
C. Serviço de distribuição de feitos 123
D. Oficiais de Justiça Avaliadores 123
E. Órgãos auxiliares eventuais 124
3. Competência 125
3.1. Competência internacional 125
3.2. Competência absoluta 128
A. Competência em razão da matéria 129
– Servidor público 131
– Relação de trabalho 136
– Competência em matéria de greve 139
– Conflitos relacionados com sindicatos 142
– Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data 144
– Conflitos de competência 146
– Indenização por danos morais 147
– Acidente do trabalho 147
– Penalidade administrativa 149
– Contribuições sociais 150
– Outras controvérsias 153
– Complementação de aposentadoria 153
– Seguro-desemprego 154
– Falência e recuperação judicial 154
B. Competência funcional 155
– Varas do Trabalho 155
– Tribunal Regional do Trabalho 157
– Tribunal Superior do Trabalho 157
3.3. Competência relativa 157

A. Competência em razão do lugar 158
– Omissão da norma 159
– Agente ou viajante comercial 159
– Empregado brasileiro trabalhando no estrangeiro 160
– Natureza da atividade empresarial 161
– Relação de trabalho 162
B. Competência em razão do valor da causa 162
C. Modificação da competência 162
3.4. Competência normativa 164
3.5. Conflito de competência 165
4. A ação trabalhista 167
4.1. Conceito e natureza jurídica 167
4.2. Condições da ação trabalhista 168
A. Possibilidade jurídica do pedido 169
B. Interesse de agir 169
C. Legitimidade 170
4.3. Classificação das ações trabalhistas 170
A. Reclamação meramente declaratória 171
B. Reclamação condenatória 172
C. Reclamação constitutiva 173
D. Reclamação executiva lato sensu 174
E. Reclamação mandamental 174
5. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 176
6. Quadro Sinóptico 176

Capítulo III
PROCESSO DO TRABALHO 187
1. Das partes 187
1.1. Capacidade de ser parte 189
1.2. Capacidade de estar em juízo 189
1.3. Representação 189
A. Incapazes 190
B. Pessoa casada 190
C. Pessoa jurídica de direito público interno 191
D. Massa falida 195
E. Herança jacente ou vacante 196
F. Espólio 197
G. Pessoas jurídicas de direito privado 197
H. Pessoas jurídicas estrangeiras 198
I. Condomínio 199
J. Idosos e portadores de doenças graves 199
1.4. Denominação das partes 200
1.5. Substituição processual do sindicato 200

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.6. O Ministério Público do Trabalho como parte 205
2. Litisconsórcio 206
2.1. Classificação dos litisconsórcios 206
A. Ativo, passivo ou misto 207
B. Originário ou superveniente 207
C. Necessário ou facultativo 207
D. Simples ou unitário 209
2.2. O litisconsórcio na CLT 209
2.3. Hipóteses clássicas de litisconsórcio no processo do trabalho 210
2.4. Efeitos do litisconsórcio 213
3. Procuradores 215
3.1. *Ius postulandi* 216
3.2. Procuração 218
A. Mandato tácito e expresso 220
B. Substabelecimento 221
3.3. Direitos do advogado 223
4. Intervenção de terceiros 223
4.1. Assistência 224
A. Espécies 225
B. Procedimento 225
4.2. Oposição 226
4.3. Nomeação à autoria 227
4.4. Denunciação da lide 228
A. Conceito 228
B. Cabimento no processo do trabalho 228
C. Procedimento 230
4.5. Chamamento ao processo 231
A. Cabimento no processo do trabalho 231
B. Alegação de factum principis 232
C. Procedimento 232
5. Deveres das partes 233
5.1. Litigância de má-fé 233
5.2. Indenização por dano processual 234
5.3. A litigância de má-fé no processo do trabalho 235
6. Despesas processuais 237
6.1. Custas processuais 237
A. Recolhimento 237
B. Base de cálculo e valor das custas 238
6.2. Emolumentos 239
6.3. Honorários advocatícios 240
6.4. Honorários do perito 241
6.5. Assistência judiciária e justiça gratuita 243
7. Substituição das partes e dos procuradores 246

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.1. Substituição de parte 246
7.2. Substituição de procuradores 247
8. Atos e termos processuais 247
8.1. Validade do ato processual 248
8.2. Espécies 248
A. Atos dos juízes 248
B. Atos das partes 249
C. Atos e termos dos auxiliares 250
8.3. Forma dos atos e termos processuais 251
8.4. Comunicação dos atos processuais 252
A. Tecnologia e a comunicação dos atos processuais 253
B. Citação 254
– Aplicação no processo do trabalho 255
– Características 255
– Procedimento 255
C. Notificação 257
– Espécies 258
– Requisitos 260
D. Intimação 260
8.5. Comunicação dos atos processuais por carta 262
A. Uso da tecnologia 263
B. Carta precatória 264
C. Carta de ordem 264
D. Carta rogatória 264
8.6. Tempo do ato processual 265
8.7. Lugar dos atos processuais 266
9. Dos prazos 266
9.1. Contagem do prazo 269
9.2. Suspensão e interrupção da contagem do prazo 270
9.3. Preclusão 273
10. Defeitos dos atos processuais 274
10.1. Ato processual inexistente 275
10.2. Nulidade absoluta 276
10.3. Nulidade relativa e anulabilidades 277
10.4. Princípios 278
A. Princípio da transcendência ou do prejuízo 278
B. Princípio da convalidação 278
C. Regras para a declaração da nulidade 279
10.5. Saneamento do ato defeituoso 280
11. Suspensão do processo 281
12. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 282
13. Quadro Sinóptico 283

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

PARTE II
PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO I
PROCESSO, PROCEDIMENTO E AUTOS 301
1. Procedimento ordinário 302
2. Procedimento sumaríssimo 302
   2.1. Enquadramento 302
   2.2. Procedimento 303
   2.3. Sentença 304
   2.4. Recurso 304
3. Procedimento da Lei nº 5.584/70 307
4. Inquérito para apuração de falta grave 308
5. Autos físicos e virtuais 310
6. Quadro Sinóptico 311

CAPÍTULO II
PETIÇÃO INICIAL DO DISSÍDIO INDIVIDUAL DO TRABALHO 315
1. Conceito 315
2. Forma 316
3. Denominação 316
4. Previsão legal 317
   4.1. Consolidação das Leis do Trabalho 317
   4.2. Código de Processo Civil 317
   4.3. Diferenças 318
5. Requisitos da petição inicial 319
   5.1. Destinatário da petição inicial 319
   5.2. Qualificação das partes 319
   5.3. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido 320
      A. Fatos 320
      B. Fundamentos jurídicos 321
      C. Declaração de inconstitucionalidade 322
   5.4. Pedido 323
      A. Conceito 323
      B. Espécies 324
      C. Pedido certo e determinado 324
      D. Pedido alternativo 325
      F. Pedido cominatório 327
      G. Cumulação de pedidos 328
      H. Pedidos implícitos 329
      I. Pedido de antecipação dos efeitos da tutela 330
   5.5. Valor da causa 331
   5.6. Provas 333

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.7. Requerimento de notificação do reclamado 333
5.8. Documentos que acompanham a inicial 334
5.9. Outros requisitos 336
6. Ajuizamento 337
7. Defeitos sanáveis 339
8. Indeferimento da petição inicial 339
9. Aditamento 341
10. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 342
11. Quadro Sinóptico 343

Capítulo III
DA RESPOSTA DO RECLAMADO 349
1. Generalidades 349
2. Forma 349
3. Prazo 350
4. Espécies 351
5. Contestação 352
5.1. Preliminares de mérito 353
A. Inexistência ou nulidade da citação 354
B. Incompetência absoluta 354
C. Inépcia da petição inicial 356
D. Perempção 357
E. Litispendência e coisa julgada 358
F. Conexão e continência 359
G. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização... 359
H. Convenção de arbitragem 360
I. Carência de ação 362
J. Falta de caução 362
5.2. Prejudicial de mérito 362
5.3. Mérito 364
6. Exceção 364
6.1. Exceção de suspeição e impedimento 365
A. Procedimento 367
B. Competência 367
6.2. Exceção de incompetência em razão do lugar 368
A. Procedimento 369
B. Recurso 370
7. Reconvenção 370
7.1. A reconvenção no processo do trabalho 371
7.2. Características 373
7.3. Procedimento 373
8. Impugnação ao valor da causa 374
9. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 375
10. Quadro Sinóptico 375

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO IV
AUDIÊNCIA 381
1. Generalidades 381
1.1. Representação das partes na audiência 382
1.2. Atraso à audiência 383
1.3. Conciliação 383
1.4. Características da audiência 384
A. Unicidade 384
B. Necessidade 385
C. Publicidade 385
1.5. Adiamento da audiência 386
1.6. Registro da audiência 387
2. Desistência da reclamação trabalhista 387
3. Arquivamento da reclamação trabalhista 389
4. Revelia 390
4.1. Efeitos da revelia 391
4.2. Exclusão dos efeitos da revelia 392
5. Réplica do reclamante 394
6. Saneamento do processo 395
7. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 395
8. Quadro Sinóptico 395

CAPÍTULO V
PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO 399
1. Introdução 399
2. Princípios 400
2.1. Necessidade da prova 400
2.2. Persuasão racional do juiz 401
2.3. Concentração processual 402
2.4. Indivisibilidade da prova 402
2.5. Princípio da busca da verdade real 403
3. Peculiaridades do processo do trabalho 404
3.1. Interrogatório das partes 404
3.2. Validade da prova testemunhal 405
4. Oportunidade 406
5. Dispensa da prova 406
5.1. Fatos incontroversos 407
5.2. Fato notório 407
5.3. Fato confessado 407
5.4. Prova emprestada 408
6. Meios de prova 408
6.1. Provas ilícitas 409
6.2. Depoimento pessoal 410
A. Procedimento 411

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

B. Limites 412
C. Confissão e suas conseqüências 412
– Conceito 412
– Espécies 413
– Confissão em litisconsórcio 413
6.3. Documental 414
A. Conceito 414
B. Forma 414
C. Espécies 416
D. Oportunidade de juntada 417
E. Incidente de falsidade 417
– Conceito 417
– Espécies 418
– Ônus da prova 418
– Oportunidade e procedimento 419
6.4. Testemunhal 420
A. Conceito 420
B. Capacidade, impedimento e suspeição da testemunha 420
C. Quantidade 422
D. Rol de testemunhas 423
E. Local da inquirição 424
F. Procedimento 425
G. Dever de depor da testemunha 426
H. Contradita 427
I. Conseqüências 427
6.5. Pericial 428
A. Capacidade, impedimento e suspeição do perito 429
B. Prerrogativas do perito 430
C. Espécies de perícia 431
D. Procedimento pericial 431
E. Força probatória do laudo pericial 433
F. Perícia de insalubridade e periculosidade 434
6.6. Inspeção judicial 434
7. Ônus da prova 435
7.1. Regras 435
7.2. Casos específicos 436
8. Presunções 438
8.1. *Iure et de iure* 438
8.2. *Iuris tantum* 438
8.3. Presunção *hominis* 439
8.4. Casos específicos 440
9. Indícios 442
10. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 442
11. Quadro Sinóptico 442

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO VI
RAZÕES FINAIS 453
1. Introdução 453
2. Análise da prova 453
3. Protesto – decisão interlocutória 454
4. Impugnação ou revisão do valor da causa 455
5. Razões finais reiterativas 455
6. Quadro Sinóptico 456

CAPÍTULO VII
SENTENÇA 457
1. Atos do juiz 457
2. Espécies 458
2.1. Quanto ao conteúdo do pedido imediato 458
2.2. Quanto à análise do mérito 459
2.3. Quanto à espécie de cognição 460
3. Prazo para proferir a sentença 460
4. Estrutura da sentença 460
4.1. Relatório 461
4.2. Fundamentos 461
4.3. Dispositivo 462
5. A sentença e as contribuições sociais 463
6. Defeitos da sentença 465
6.1. Sentença *citra petita* 465
6.2. Sentença *ultra petita* 466
6.3. Sentença *extra petita* 466
7. Antecipação da tutela ou dos efeitos da tutela 467
7.1. Conceito e natureza jurídica 468
7.2. Disciplinamento legal 469
7.3. Momento processual adequado 470
7.4. Hipóteses 470
A. Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação 470
B. Abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório 471
7.5. Requisitos para antecipação 472
A. Reversibilidade do provimento antecipado 472
B. Prova inequívoca e verossimilhança das alegações 473
7.6. Cumulação de pedidos 473
7.7. Aplicabilidade no processo do trabalho 473
7.8. Recurso 475
7.9. Efetivação 476
8. Tutela específica nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa 476
8.1. As obrigações de fazer e não fazer 476
8.2. A primazia da tutela específica 477
8.3. Conversão da tutela específica em perdas e danos 479

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.4. Astreinte e medidas de apoio para a efetividade da tutela 480
9. Sentença de improcedência antecipada 481
10. Quadro Sinóptico 482

Capítulo VIII
COISA JULGADA 487
1. Identidade de ação 488
2. Coisa julgada formal 490
3. Coisa julgada material 490
4. Coisa julgada em relação à União 490
5. Erro material 492
6. Preclusão 492
7. Extensão da coisa julgada 493
7.1. Limites objetivos 493
7.2. Limites subjetivos 494
8. Questão prejudicial 496
9. Relação jurídica continuativa 496
10. Efeitos da coisa julgada criminal e civil no processo do trabalho 497
11. Duplo grau de jurisdição necessário 499
12. Quadro Sinóptico 501

PARTE III
DOS PROCESSOS
NOS TRIBUNAIS E RECURSOS

Capítulo I
AÇÃO RESCISÓRIA 507
1. Introdução 507
2. Conceito e natureza jurídica 508
3. Aplicabilidade no processo do trabalho 509
4. Competência 510
5. Legitimidade 513
6. Hipóteses de cabimento 514
6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz 518
A. Concussão 518
B. Corrupção 518
C. Prevaricação 519
6.2. Juiz impedido ou absolutamente incompetente 519
A. Competência absoluta 520
B. Causas de impedimento 520
6.3. Dolo da parte ou colusão entre as partes 521
A. Dolo 521
B. Conluio 522

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.4. Ofensa à coisa julgada 523
6.5. Violação literal de lei 525
6.6. Prova falsa 527
6.7. Documento novo 528
6.8. Invalidação de confissão, desistência ou transação 529
A. Confissão 529
B. Desistência 530
C. Transação 530
6.9. Sentença fundada em erro de fato 531
7. Requisitos da petição inicial 532
7.1. Trânsito em julgado 533
7.2. Depósito prévio 534
7.3. Prazo 535
8. Trâmite da rescisória 537
8.1. Recurso 538
8.2. Execução 539
8.3. Medida cautelar e antecipação da tutela 540
9. Quadro Sinóptico 541

CAPÍTULO II
SISTEMA RECURSAL TRABALHISTA 545
1. Introdução 545
2. Conceito e fundamentos do recurso 546
3. Princípios 546
3.1. Princípios da taxatividade dos recursos 547
3.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade 547
3.3. Princípio do duplo grau de jurisdição 548
3.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias 548
3.5. Princípio da substituição 550
3.6. Princípio do *non reformatio in peius* 550
3.7. Princípio da unirrecorribilidade 551
4. Requisitos de admissibilidade dos recursos 551
4.1. Requisitos objetivos 552
A. Adequação 552
B. Preparo: custas e depósito recursal 553
C. Tempestividade 558
D. Representação 562
4.2. Requisitos subjetivos 563
A. Legitimidade 563
B. Sucumbência 565
5. Procedimento, desistência e efeitos dos recursos 565
5.1. Procedimento 565
5.2. Decisão monocrática do relator 568
5.3. Desistência e renúncia do recurso 570

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.4. Efeitos dos recursos 570
6. Recursos em espécie 571
7. Recurso ordinário 572
7.1. Conceito 572
7.2. Requisitos de admissibilidade 573
7.3. Petição de recurso ordinário 574
7.4. Procedimento na instância de origem 576
7.5. Tramitação da instância superior 577
7.6. Efeitos da interposição do recurso ordinário 579
7.7. Efeitos do resultado do julgamento do recurso 581
8. Recurso de revista 582
8.1. Conceito 582
8.2. Requisitos de admissibilidade 583
A. Depósito recursal 584
B. Divergência jurisprudencial 584
C. Prequestionamento 588
D. Transcendência 590
E. Recurso de revista em rito sumaríssimo 591
8.3. Hipóteses em que não cabe recurso de revista 591
8.4. Procedimento 592
9. Embargos de divergência 593
9.1. Conceito 593
9.2. Requisitos de admissibilidade 593
A. Depósito recursal 593
B. Divergência jurisprudencial – prequestionamento 593
9.3. Processamento dos embargos 596
10. Agravo de petição 596
10.1. Conceito 596
10.2. Requisitos de admissibilidade 597
10.3. Processamento do agravo de petição 598
11. Agravo de instrumento 598
11.1. Conceito 598
11.2. Requisitos de admissibilidade 599
11.3. Processamento do agravo de instrumento 601
12. Recurso adesivo 603
13. Embargos declaratórios 604
13.1. Conceito 604
13.2. Natureza jurídica 605
13.3. Pressupostos 606
A. Omissão 606
B. Obscuridade 607
C. Contradição 607
13.4. Objeto 607
13.5. Procedimento 609

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.6. Efeitos 610
14. Agravo regimental 612
14.1. Previsão legal 612
14.2. Cabimento 612
15. Embargos infringentes 614
16. Reclamação correicional 614
17. Revisão do valor da causa 615
18. Reexame necessário 616
19. Recurso extraordinário 616
20. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 619
21. Quadro Sinóptico 620

PARTE IV
PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I
LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO 631
1. Introdução 631
2. Limites da liquidação 632
3. Espécies de liquidação 633
3.1. Liquidação por artigos 633
A. Prescrição intercorrente 634
B. Procedimento 634
3.2. Liquidação por arbitramento 635
3.3. Liquidação por cálculos 635
A. Verbas trabalhistas 636
B. Verbas previdenciárias 637
4. Questões controvertidas sobre cálculos 638
4.1. Correção monetária 638
4.2. Juros de mora 640
4.3. Imposto de renda 643
A. IR sobre verbas tipicamente trabalhistas 643
B. IR sobre juros de mora 644
C. IR sobre indenização por danos morais 647
4.4. Prescrição 647
4.5. Erro material nos cálculos e coisa julgada 648
5. Cálculo das contribuições previdenciárias 648
5.1. Procedimento da liquidação das contribuições previdenciárias 650
5.2. Atualização monetária 651
5.3. Juros de mora 652
5.4. Multa 652
5.5. Base de cálculo 653
5.6. Limites mínimos e máximos do salário-de-contribuição 656

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.7. Alíquotas 657
A. Empregado e trabalhador autônomo 657
B. Empregador e empresa 658
C. Associação desportiva de futebol 658
D. Empresas que aderem ao simples 658
E. Agroindústria 659
F. Produtor rural pessoa física 659
G. Empregador doméstico 659
5.8. Prazo 659
6. Impugnação à conta de liquidação 660
7. Sentença de liquidação: natureza e sua impugnação 661
8. Recurso e ação rescisória 661
9. Quadro Sinóptico 662

Capítulo II
TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA 667
1. Introdução 667
2. Fonte formal do processo de execução trabalhista 670
3. Princípios da execução trabalhista 672
3.1. Execução patrimonial 672
3.2. *Favor debitoris* 673
3.3. *Nulla executio sine titulo* 673
3.4. Princípio inquisitivo 674
4. Título executivo 674
4.1. Conceito e espécies 674
4.2. Características 676
A. Certeza 676
B. Liquidez 676
C. Exigibilidade 677
5. Espécies de execução 678
5.1. Quanto à exigibilidade do título 678
A. Execução definitiva 678
B. Execução provisória 678
5.2. Quanto à natureza do título 683
A. Execução por título judicial 683
B. Execução por título extrajudicial 684
5.3. Quanto ao estado de solvência do devedor 684
5.4. Quanto à natureza da obrigação 685
5.5. Execução da prestações sucessivas 686
5.6. Execução de obrigação alternativa 687
5.7. Execução de sentença sujeita a termo ou condição 687
5.8. Cumulação de execução 688
6. O inadimplemento como requisito da execução 688
6.1. Condenação por sentença 689

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.2. Acordo judicial e títulos executivos extrajudiciais 689
6.3. A *exceptio non adimpleti contractus* 689
6.4. O adimplemento defeituoso 690
7. Falência, recuperação judicial e liquidação extrajudicial 690
8. Natureza jurídica da execução 693
9. Legitimidade 694
9.1. Legitimação ativa 694
9.2. Legitimação passiva 695
10. Responsabilidade patrimonial 696
10.1. Responsabilidade do sucessor a título singular 697
10.2. Bens em poder de terceiros 697
10.3. Bens do cônjuge 697
10.4. Responsabilidade dos sócios e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica 699
10.5. Fraude à execução 701
10.6. Responsabilidade do fiador 703
10.7. Responsabilidade do espólio 703
10.8. Responsabilidade solidária 703
10.9. Responsabilidade subsidiária 704
11. Competência 705
12. Execução por carta 706
13. Desistência da execução 707
14. Prescrição da execução trabalhista: prescrição intercorrente 708
15. Garantia da execução – depósito recursal 710
16. Atos atentatórios à dignidade da justiça 710
17. Nulidade da execução 711
18. Suspensão da execução 712
19. Extinção da execução 713
20. Custas Processuais 713
21. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 714
22. Quadro Sinóptico 715

CAPÍTULO III
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE ... 721
1. Generalidades 722
2. Petição inicial 722
2.1. Requisitos da petição inicial de execução 722
2.2. Defeitos da petição inicial 723
3. Citação 724
3.1. Mandado de citação 724
3.2. Prazo 725
3.3. Formas de citação 725
4. Garantia da execução 726
5. Penhora, depósito e avaliação 727

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1. Conceito de penhora 728
5.2. Espécies de penhora 728
A. Penhora de créditos 728
B. Penhora no rosto dos autos 730
C. Penhora em estabelecimento da empresa 730
5.3. Indicação de bens à penhora 731
A. Gradação legal 731
B. Prerrogativa para indicação de bens à penhora 733
C. Impugnação da nomeação 734
D. Substituição da penhora 734
E. Prova da propriedade 735
5.4. Procedimento da penhora 735
A. Termo e auto de penhora 736
B. Ausência de bens penhoráveis 736
C. Bens insuficientes 737
D. Registro da penhora 737
E. Resistência à penhora e ordem de arrombamento 737
F. Penhora por carta 738
G. Arresto 739
5.5. Depósito 740
5.6. Avaliação 742
A. Conceito 743
B. Procedimento 743
C. Impugnação 744
5.7. Intimação da penhora 745
5.8. Direito de preferência e outros efeitos da penhora 746
5.9. Segunda penhora, penhora complementar e substituição da penhora 747
5.10. Impenhorabilidade 748
A. Impenhorabilidade absoluta 748
B. Impenhorabilidade relativa de outros bens 749
C. Cláusula de impenhorabilidade 750
D. Teoria da impenhorabilidade relativa do salário 751
5.11. Bens gravados por hipoteca, penhor, anticrese e usufruto 752
5.12. Penhora *on line* 753
A. Conceito 754
B. Procedimento 754
C. Embasamento legal 756
D. INFOJUD e RENAJUD 757
6. Embargos à execução 757
6.1. Conceito e natureza jurídica 758
6.2. Requisitos 758
A. Segurança do juízo 758
B. Prazo 759
C. Petição inicial 759

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3. Legitimação e fundamentos dos embargos à execução e dos embargos à penhora 760
A. Prescrição 761
B. Falta ou nulidade de notificação 761
C. Excesso de execução 762
D. Demais vícios 762
E. Impugnação à sentença de liquidação 763
6.4. Procedimento 764
A. Matéria de prova 764
B. Sentença 765
6.5. Embargos à execução por carta 765
6.6. Exceção de incompetência, de suspeição e de impedimento do juiz na execução 766
6.7. Exceção de pré-executividade 766
7. Impugnação do exeqüente 768
8. Embargos de terceiro 769
8.1. Legitimidade 769
8.2. Competência na execução por carta 771
8.3. Procedimento 772
8.4. Sentença e recurso 773
9. Expropriação dos bens 773
9.1. Alienação antecipada 774
9.2. Alienação por hasta pública 774
A. Arrematação à vista 775
B. Arrematação a prazo 776
C. Legitimação para arrematar 776
D. Arrematação pelo exeqüente 777
E. Preço vil 777
F. Preferência por arrematação global 778
G. Auto de arrematação e seus efeitos 779
H. Ineficácia da arrematação 780
I. Resolução da arrematação 780
J. Carta de arrematação 780
9.3. Praça e leilão presencial 781
9.4. Leilão virtual 782
9.5. Adjudicação 782
A. Conceito 782
B. Direito de preferência 783
C. Adjudicação e o valor do bem penhorado 783
D. Auto e carta de adjudicação 784
9.6. Concorrência de credores 785
9.7. Alienação por iniciativa particular 786
9.8. Usufruto de bem móvel ou imóvel 787
10. Remição 788

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11. Embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação 789
12. Pagamento – satisfação do credor 790
13. Pagamento a prazo 791
14. Frustração do credor 792
15. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho 793
16. Quadro Sinóptico 794

Capítulo IV
EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA, COISA INCERTA, FAZER E NÃO FAZER 807
1. Execução de obrigação de dar coisa certa 807
2. Execução de obrigação de dar coisa incerta 808
3. Execução de obrigação de fazer 809
4. Obrigações de não fazer 811
5. Quadro Sinóptico 812

Capítulo V
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 813
1. Citação 813
2. Prazo para apresentação de embargos à execução 814
3. Precatório judicial 814
   3.1. Ordem cronológica 815
   3.2. Previsão orçamentária 815
   3.3. Crédito de natureza alimentícia 816
   3.4. Dívida de pequeno valor 817
   3.5. Preterição e seqüestro 819
   3.6. Intervenção 820
   3.7. Revisão de cálculo 820
   3.8. Precatório complementar ou suplementar 821
   3.9. Juízo auxiliar de conciliação de precatórios 822
4. Embargos à execução contra à Fazenda Pública 822
5. Quadro Sinóptico 823

Capítulo VI
EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 825
1. Histórico 825
2. Natureza jurídica das contribuições previdenciárias 827
3. Fato Gerador das contribuições previdenciárias 828
4. Contribuições sociais executadas na Justiça do Trabalho 831
5. A transação e a renúncia na fase de cognição e as contribuições previdenciárias 832
6. A sentença e a definição da natureza jurídica das parcelas deferidas 834
7. Reflexo da sentença trabalhista perante a previdência social: ação declaratória de existência de vínculo empregatício 834
8. Competência concorrente ou exclusiva da Justiça do Trabalho? 837

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Rito utilizado para a execução das contribuições previdenciárias 838
10. A execução de tributo sem lançamento 838
11. Prescrição e decadência do crédito previdenciário 841
12. Recolhimento das contribuições previdenciárias nos contratos de trabalho nulos 842
13. Responsabilização pelo pagamento das contribuições previdenciárias 842
14. O procedimento da execução das contribuições previdenciárias 846
15. Embargos à execução previdenciária 847
16. Recurso em matéria previdenciária 847
17. Quadro Sinóptico 848

PARTE V
PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO E MANDADO DE SEGURANÇA

CAPÍTULO I
DISSÍDIO COLETIVO 853
1. Conceito e denominação 853
2. Competência funcional 854
3. Natureza jurídica e classificação 854
3.1. Dissídio coletivo de natureza econômica 855
3.2. Dissídio coletivo de natureza jurídica 855
3.3. Dissídio coletivo de greve 856
3.4. Dissídio coletivo originário e de revisão 858
4. Instauração do dissídio coletivo 858
4.1. Legitimidade ativa e passiva 859
A. Efeitos da EC nº 45/04 861
B. Servidores públicos 862
4.2. Pressupostos de admissibilidade 862
A. Negociação coletiva prévia 862
B. Autorização da assembléia 863
4.3. Procedimento 865
A. Petição inicial 865
B. Citação 866
C. Audiência de conciliação 866
D. Revelia e arquivamento 867
5. Sentença normativa 868
5.1. Vigência e efeitos 870
5.2. Custas 871
5.3. Coisa julgada 871
5.4. Limites da sentença normativa e do exercício do poder normativo 873
6. Extensão subjetiva das decisões normativas 875
7. Revisão das decisões 876
8. Recurso 877

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Quadro Sinóptico 878

Capítulo II
AÇÕES COLETIVAS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO 883
1. Defesa dos direitos metaindividuais 883
2. Arcabouço legal 884
3. Espécies de ações coletivas 885
   3.1. Ação popular 885
   3.2. Ação civil pública 886
   3.3. Ação civil coletiva 886
   3.4. Diferenças entre a ação civil pública e ação civil coletiva 887
   3.5. Diferenças entre a ação civil pública, ação civil coletiva e a ação de cumprimento 888
   3.6. Diferenças entre a ação civil pública, a ação civil coletiva e o dissídio coletivo 889
4. Competência 889
   4.1. Competência em razão da matéria 889
   4.2. Competência funcional 889
   4.3. Competência em razão do lugar 890
5. Legitimação ativa e passiva 891
6. Substituição processual 894
7. Despesas processuais e litigância de má fé 895
8. Prescrição 896
9. Procedimento 897
   9.1. Petição inicial 897
   9.2. Concessão de liminar e antecipação de tutela 898
      A. Recurso 898
      B. Liminares contra pessoa jurídica de direito público 899
   9.3. Desistência ou abandono da ação coletiva trabalhista 900
   9.4. Conciliação 900
   9.5. Sentença 900
10. Litispendência 901
11. Coisa julgada 903
   11.1. Direitos difusos e coletivos 903
   11.2. Direitos individuais homogêneos 904
12. Recurso 904
13. Execução 905
14. Ação de cumprimento 906
   14.1. Natureza jurídica 907
   14.2. Fundamento da petição inicial 907
   14.3. Modificação da sentença normativa em grau de recurso 908
15. Quadro Sinóptico 909

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO III
MANDADO DE SEGURANÇA 913
1. Conceito e denominações 913
2. Previsão legal 913
3. Espécies 914
4. Legitimidade passiva 915
5. Competência 916
5.1. STF 916
5.2. STJ 916
5.3. No TST 916
5.4. Nos TRT's 917
6. Cabimento na Justiça do Trabalho 918
7. Requisitos 918
7.1. Prazo decadencial 918
7.2. Direito líquido e certo 919
7.3. Ato de autoridade 920
8. Procedimento 921
8.1. Liminar 922
8.2. Sentença e coisa julgada 923
9. Recurso 923
10. Casuística 925
11. Quadro Sinóptico 929

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DE SÚMULAS E OJ´S 933

SÚMULAS DO TST
RELACIONADAS COM O PROCESSO DO TRABALHO 945

OJ'S DA SDI-1
RELACIONADAS COM O PROCESSO DO TRABALHO 963

OJ'S DA SDI-2
RELACIONADAS COM O PROCESSO DO TRABALHO 973

BIBLIOGRAFIA 985

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br